

3ª CÂMARA CÍVEL

AGRAVO LEGAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 332127-9

AGRAVANTE: COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO - CELPE

AGRAVADO: JANDIRA NAZARÉ DE SOUZA

RELATOR: DESEMBARGADOR BARTOLOMEU BUENO

ACÓRDÃO

EMENTA: AGRAVO LEGAL INTERPOSTO CONTRA DECISÃO PROFERIDA EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. INTERRUÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA COM BASE EM DÉBITO ARBITRADO RELATIVO À IRREGULARIDADES EM MEDIDOR DE CONSUMO - IMPOSSIBILIDADE DE SUSPENSÃO- DÉBITO PRETÉRITO – SÚMULA 13 DESTA E. TRIBUNAL DE JUSTIÇA. RECURSO IMPROVIDO.

- Hipótese em que a concessionária agravante pretende interromper o fornecimento de energia elétrica da unidade consumidora agravada ante o inadimplemento de débito referente à consumo faturado e supostamente não medido, em flagrante desrespeito à jurisprudência das Cortes Superiores e deste Egrégio Tribunal, consubstanciada na súmula nº 13.
- O Superior Tribunal de Justiça consagra entendimento pacífico no sentido de que não é lícito à concessionária interromper os serviços de fornecimento de energia elétrica quando o débito decorrer de suposta fraude no medidor de consumo de energia, apurado unilateralmente pela concessionária.
- Ademais, o corte pressupõe inadimplemento de conta regular do mês de consumo, sendo indevida sua realização com base em fatura pretérita.
- Recurso IMPROVIDO.

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Agravo legal nº 332127-9, em que figuram como parte Agravante **COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO - CELPE** e como Agravado **JANDIRA NAZARÉ DE SOUZA**, acordam os Desembargadores integrantes da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, na conformidade da ata de julgamento, à unanimidade de votos, **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso, nos termos do voto da Relator.

Recife, 29-1-2014


Desembargador Bartolomeu Bueno
RELATOR



3ª CÂMARA CÍVEL

AGRAVO LEGAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 332127-9

AGRAVANTE: COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO - CELPE

AGRAVADO: JANDIRA NAZARÉ DE SOUZA

RELATOR: DESEMBARGADOR BARTOLOMEU BUENO

RELATÓRIO

Cuida-se de Agravo Legal interposto por COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE, em face de decisão terminativa proferida em sede de Agravo de Instrumento que manteve integralmente a decisão interlocutória decretada em 1º grau.

A ação originária foi ajuizada em face de cobrança pela concessionária agravante, de fatura no valor de R\$ 51.938,61 (cinquenta e um mil, novecentos e trinta e oito reais e sessenta e um centavos) calculados com base em suposto consumo não faturado, tudo sob a alegação de fraude no medidor.

Em decisão interlocutória vergastada, o magistrado singular concedeu em parte a tutela antecipada pleiteada, determinando que a concessionária agravante se abstenha de proceder o corte na unidade consumidora agravada pelo inadimplemento do débito em análise, sob pena de multa diária de R\$ 1000,00 (hum mil reais) até o limite de 15 dias multa.

Em suas razões recursais, alega o agravante, em síntese: a) a decisão monocrática não poderia ter sido proferida de forma monocrática, tendo em vista a divergência jurisprudencial a respeito da matéria; b) a legitimidade na suspensão de serviço de energia elétrica face o inadimplemento de conta legalmente emitida a partir da efetiva constatação de irregularidade no medidor de energia elétrica da unidade consumidora agravada; c) existência de contraditório e ampla defesa em todo o procedimento administrativo.

Neste sentido, pleiteia pelo conhecimento do presente recurso visando a reforma da decisão monocrática ou, em caso negativo, pugna pelo seu provimento em Órgão Colegiado.

Independendo o feito de pauta e não reconsiderando a decisão recorrida, apresento o recurso em mesa para apreciação e julgamento.

É o breve relatório.

Recife, 28-1-2014

Desembargador Bartolomeu Bueno
Relator

3ª CÂMARA CÍVEL

AGRAVO LEGAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 332127-9

AGRAVANTE: COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO - CELPE

AGRAVADO: JANDIRA NAZARÉ DE SOUZA

RELATOR: DESEMBARGADOR BARTOLOMEU BUENO

VOTO

No caso em análise denota-se que, sob a alegação de suposta fraude no medidor de energia elétrica da unidade consumidora agravada, a concessionária agravante calculou unilateralmente suposto débito relativo a consumo médio não faturado entre os meses de junho de 2011 a outubro de 2013 e determinou seu pagamento, sob pena de suspensão do serviço.

Com o intuito de impedir a suspensão aludida bem como qualquer negativação em face do suposto débito, a agravada ajuizou ação declaratória de inexigibilidade de débito c/c responsabilidade civil e antecipação de tutela.

Em decisão interlocutória vergastada, o magistrado singular concedeu em parte a tutela antecipada pleiteada, determinando que a concessionária agravante se abstenha de proceder o corte na unidade consumidora agravada pelo inadimplemento do débito em análise, sob pena de multa diária de R\$ 1000,00 (hum mil reais) até o limite de 15 dias multa.

Portanto, denota-se que a discussão travada restringe-se tão somente à possibilidade de realização de corte de energia elétrica com base em inadimplemento de débito resultante de consumo aferido a partir de constatação de fraude no medidor.

De início, importa salientar que o caso em tela trata de relação de consumo, aplicáveis à espécie as normas protetivas ao consumidor, de modo a agasalhar a parte hipossuficiente numa relação em que apenas a concessionária detém o monopólio das informações e do procedimento que levaram à conclusão de ocorrência de defeito no medidor.

Ora, é certo que a concessionária pode realizar inspeções nos imóveis para apurar irregularidades nas instalações elétricas, bem como lhe é permitido revisar o faturamento, arbitrando a diferença entre a energia faturada e consumida, conforme previsto na Resolução 414/10 da ANEEL.

3p.

Com efeito, a legislação aplicável permite a interrupção do serviço diante do inadimplemento da obrigação pecuniária, condicionando a suspensão apenas a aviso prévio ao usuário.

O fato é que a inadimplência utilizada pelo agravante como fundamento para realizar a interrupção do fornecimento de energia elétrica provém de lançamento de débito pretérito e cuja legitimidade está sendo discutida em juízo nos autos de respectiva ação originária.

Na demanda respectiva, o agravado denuncia que o valor da cobrança foi apurado pela CELPE de forma unilateral, o que conferiria ilegalidade da fatura, haja vista a suposta abusividade da concessionária agravante.

Ademais, o corte pressupõe inadimplemento de conta regular do mês de consumo, sendo indevida sua realização com base em fatura pretérita. Nessas hipóteses, cabe à concessionária perseguir a cobrança pelas vias ordinárias.

Neste sentido tem se manifestado a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

ADMINISTRATIVO. SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. INADIMPLENTO. DÉBITOS PRETÉRITOS. IMPOSSIBILIDADE. DANO MORAL CONFIGURADO. FIXAÇÃO DO QUANTUM. VALOR RAZOÁVEL. REDUÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. PRETENSÃO DE REEXAME DE FATOS E PROVAS. SÚMULA 7/STJ.

1. Nos termos da jurisprudência do STJ, o corte no fornecimento de energia elétrica pressupõe o inadimplemento de conta regular, relativa ao mês do consumo, sendo inviável a suspensão do abastecimento em razão de débitos antigos. Para tais casos, deve a companhia utilizar-se dos meios ordinários de cobrança, pois não se admite qualquer espécie de constrangimento ou ameaça ao consumidor, nos termos do art. 42 do Código de Defesa do Consumidor.

2. Hipótese em que o corte no fornecimento de energia é consequência de débitos pretéritos, apurados unilateralmente e decorrente de suposta fraude no medidor de consumo, caracterizando, assim, a ilegalidade da suspensão.

3. A redução do valor a ser indenizado só é possível, em recurso especial, quando arbitrado valor exorbitante violando os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, o que não é o caso dos autos. Dessa forma, a revisão do quantum fixado esbarra no óbice da Súmula 7/STJ. Agravo regimental improvido. (AgRg no AREsp 257.749/PE, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 18/12/2012, DJe 08/02/2013)

ADMINISTRATIVO - RECURSO ESPECIAL - ENERGIA ELÉTRICA - DÉBITOS PRETÉRITOS - DIFERENÇA DE CONSUMO APURADA EM RAZÃO DE IRREGULARIDADE NO MEDIDOR - SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO - IMPOSSIBILIDADE.

1. A jurisprudência do STJ, embora considere legal a suspensão do serviço de fornecimento de energia elétrica pelo inadimplemento do consumidor,

31.

após aviso prévio, não a admite no caso de débitos antigos, que devem ser buscados pelas vias ordinárias de cobrança.

2. Entendimento que se aplica no caso de débito pretérito apurado a partir da constatação de irregularidade no medidor de energia elétrica, sendo considerado ilegítimo o corte no fornecimento do serviço a título de recuperação de consumo não-faturado.

Precedentes.

3. Recurso especial provido.

(REsp 1336889/RS, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2013, DJe 11/06/2013)

Este também foi o posicionamento adotado em diversos precedentes deste Tribunal de Justiça. A exemplo, tem-se as seguintes apelações cíveis: nº 0227437-5, nº 0186780-3, nº 0154870-5, nº 0154864-7, n.º 212173-3, nº 145586-9, nº 198545-5, nº 196021-2, nº 199015-6 e nº 199183-9.

Ressalte-se ainda que a orientação desta Corte sedimentou-se no enunciado da Súmula nº 13, in verbis: *"É abusiva a suspensão do fornecimento de energia elétrica, quando motivada pelo inadimplemento de débito unilateralmente arbitrado pela concessionária, pelo critério de estimativa de carga, após a constatação de suspeita de fraude"*.

Desta forma, resta impossível, em análise preliminar, considerar a inadimplência do agravado, razão pela qual, neste momento, a permissão para o corte no fornecimento de energia mostra-se desarrazoado.

Ora, o corte no fornecimento de energia é medida que apenas se justifica se restar provada efetivamente a fraude e se for considerado correto o valor do débito apurada unilateralmente pelo agravante, conclusões a que somente se chegará quando da prolação da sentença pelo Juízo de primeiro grau. Agiu, portanto, com acerto o magistrado singular ao deferir a tutela antecipada na espécie, atendendo à cautela que o caso requer e à posição da jurisprudência uniforme do E. STJ.

Por fim ressalte-se que, conforme explanado em decisão vergastada, o Superior Tribunal de Justiça consagra entendimento pacífico no sentido de que não é lícito à concessionária interromper os serviços de fornecimento de energia elétrica quando o débito decorrer de suposta fraude no medidor de consumo de energia, apurado unilateralmente pela concessionária:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENERGIA ELÉTRICA. CORTE NO FORNECIMENTO. FRAUDE NO MEDIDOR. APURAÇÃO UNILATERAL. ILEGALIDADE. DANOS

31

MORAIS CONFIGURADOS. QUANTUM. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ.

1. É ilegítimo o corte no fornecimento de serviços públicos essenciais quando o débito for decorrente de suposta fraude no medidor de consumo de energia apurada unilateralmente pela concessionária. Precedentes: AgRg no AREsp 345.638/PE, Relator Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 25/09/2013, AgRg no AREsp 334.712/PE, Relator Min. Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, DJe 17/09/2013, AgRg no AREsp 338.635/PE, Relator Min. Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, DJe 17/09/2013, AgRg no AREsp 332.891/PE, Relator Min. Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 13/08/2013.

2. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça firmou o entendimento de que a revisão do valor a ser indenizado somente é possível quando exorbitante ou irrisória a importância arbitrada, o que não é o caso dos autos.

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 358.735/SP, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 08/10/2013, DJe 14/10/2013)

ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENERGIA ELÉTRICA. CORTE NO FORNECIMENTO. ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA. REQUISITOS. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. No caso, o exame da irrisignação da parte agravante quanto ao deferimento do pedido de antecipação dos efeitos da tutela, nos termos em que lançada nas razões do recurso, demanda o exame das circunstâncias fáticas consideradas pelo acórdão recorrido, o que é vedado em recurso especial, nos termos da Súmula 7/STJ.

2. Ainda que fosse superado tal óbice, o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, que assegura ser "ilegítima a suspensão do fornecimento de energia elétrica quando o débito decorrer de suposta fraude no medidor de consumo de energia, apurada unilateralmente pela concessionária" (AgRg no AREsp 332.891/PE, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, Segunda Turma, DJe 13/08/2013) 3. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 338.635/PE, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 05/09/2013, DJe 17/09/2013)

Desta forma, não merece guarita a tese do agravante a respeito de divergência jurisprudencial na matéria enfrentada.

Por todo o exposto, voto no sentido de **NEGAR PROVIMENTO** ao presente Agravo Legal.

Recife, 29.11.2014

Desembargador Bartolomeu Bueno
RELATOR